

ARTES DE SOBREVIVÊNCIA EM OFÍCIOS AMBULANTES

Clarisse Fukelman
Patrícia Souza Lima

Maio de 2003

SUMÁRIO:

I – Introdução

II - O Mascate

III - Vendedores Ambulantes E Seus Pregões

IV - Tanoeiro

V - Lambe-Lambe

VI - Barbeiro – Dentista

VII - Geração De Energia

VIII - Adendos

IX - Bibliografia

X - Iconografia

I – Introdução:

"Quem é pobre, pouco se apega, é no giro-o-giro nos vagos dos gerais, que nem os pássaros e rios e lagoas. O senhor vê: o Zé-Zim, o melhor meeiro meu aqui, risonho e habilidoso. Pergunto: - "Zé-Zim, por que é que você não cria galinhas de angola, como todo o mundo faz?" - "Quero criar nada não" - me deu resposta: - "Eu gosto muito de mudar..." (Guimarães Rosa, Grande Sertão: veredas)

Pode-se definir um país pelo traçado das fronteiras, pela densidade demográfica, pela extensão territorial e outros pesos e medidas. Mas um país também pode e deve ser apreendido por uma perspectiva menos numérica e mais humana. Um olhar despreendido, mas não isento de intenção, que coloque em primeiro lugar o movimento, deixando que a lógica das quantias e quantidades ou a mensuração de índices econômicos não sejam os determinantes, mas que venham acompanhar um certo modo de ver e contar a história de um povo e de uma nação. O que se propõe é uma narrativa do país construída através das pequenas e grandes viagens de múltiplas pessoas e suas inusitadas e criativas relações entre tempo e espaço. Sobre a imagem de contorno nítido e fixo de um mapa mundi, ao invés de rios que organizam sua geografia física, um contingente humano considerável foi desenhando modos peculiares de sobrevivência, ao mesmo tempo em que abriu atalhos entre o subúrbio e o centro, a vila e a capital, o interior e o litoral. Com eles, os limites internos e externos entre espaços perdem nitidez e ganham pinceladas impressionistas. Em contrapartida, emanam uma vitalidade muito peculiar. Trajetos cotidianamente planejados e executados definem maneiras de acordar, arrumar malas e cestos, inventar pregões. É a "instabilidade viageira da gente nacional (instabilidade imortalmente consignada nas dezenas de variantes do verso-feito luso brasileiro 'vou-me embora, vou-me embora!'" , de que fala Mario de Andrade¹. Trata-se de um Brasil movente percorrido por ambulantes. Mas, afinal, quem são eles?

Os "profissionais ambulantes" impõem uma leitura diferenciada, porque inquieta. A condição de passagem sugere um sem-lugar nem sempre fácil de ser apreendido e compreendido; mas é esse ir e vir que lhes fixa a imagem e define-lhes

¹ "As danças dramáticas do Brasil" In Danças Dramáticas do Brasil. 1 tomo. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959. p. 21

a identidade. Eles guardam uma ambivalência entre o contínuo e o descontínuo e essa é uma das marcas de sua peculiaridade e força. Se toda profissão exige regularidade, a deles é preparar-se para imprevistos de toda sorte: poluição, natureza, etc.

Ao longo da história, misturam-se as famílias se deslocando de uma região a outra, os negociantes, juristas e clérigos cortando estradas para cuidar de seu trabalho e negócio, os capitães do mato perseguindo escravos fugidos ou os naturalistas buscando novas espécies na fauna e flora. Associam-se facilmente, e com bastante pertinência, às imagens dos nômades e migrantes. Em maior ou menor grau todos contribuem para a expressão espacial de modos de viver e também de morrer, já que a maioria desse contingente humano dedica-se a uma atividade sujeita a grandes riscos.

Em meio a grupos e populações com forte tradição de nomadismo, localizamos ambulantes como o tropeiro ou o mascate, cuja falta de fixidez marcou costumes e engendrou tipos específicos de relações, em populações urbanas ou rurais. Constituem, dependendo da origem e história, um documento importante na história da pobreza no Brasil - muito embora não se deva atrelar a ideia de migração à de destino, violência ou fatalidade. As referenciais de dignidade muitas vezes já estão perdidas desde a terra natal, onde estão submetidos à exclusão social, desenraizados. E, ao contrário do que se possa supor, partir pode significar um movimento de ruptura com um círculo vicioso.

Há mais: a diversidade de ambulantes exige cautela no emprego da categoria de forma satisfatória, há muita descontinuidade nas diferentes trajetórias. Há ambulantes que são filhos da seca; outros, nascidos com a modernização do país; outros, ainda, fiéis a uma tradição familiar. Todos revelam a luta pela sobrevivência. Foi o que aconteceu, por exemplo, em decorrência da transmigração da família real para o Brasil. A transformação da capital em sede do reino, depois império, fomentou o crescimento da cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Tem início o trabalho assalariado e a atividade econômica se expande. Mas excedentes de mão-de-obra do campo chegam na cidade onde exercem trabalhos manuais não especializados e muitos tornam-se vendedores ambulantes.

Em um território das dimensões do Brasil o pesquisador se conscientiza de que carece de fontes para um estudo sistemático do cotidiano dessa variedade de contingente humano. Essa mão-de-obra informal se classifica muitas vezes como

atividade não-produtiva, desconsideradas quanto ao levantamento de índices ou renda nacional. O volume de estudos é também reduzido e disperso, contribuindo para a sua invisibilidade. Profissões que envolvem deslocamento permanente retira de quem as exerce uma identidade adequada a padrões valorizados pela elite, que, desde a virada para o século XX, se atém à proposta de higienização e reordenamento do espaço público.

No entanto, não se trata de um lote ou coisa parecida. As diferenças entre eles muitas. Diferem, por exemplo, na relação com o tempo, os mascates libaneses, índios ou ciganos. Há os ambulantes com ponto fixo e os essencialmente nômades. Na perspectiva já consolidada de uma abordagem histórico-cultural que propõe uma prática discursiva que não atrela tradição ao passado e que aceita como objeto de pesquisa o trivial, o “desimportante”, vamos ao encontro desses ambulantes, dispersos na história e no território nacional, perdidos entre anotações, difusos em análises econômicas e sociológicas quanto a seu papel no sistema de relações pessoais e de troca.

Esse setor do museu oferece uma nova maneira de entender esses profissionais e propõe, mesmo, que se pense na identificação do país como percurso, um mapa cultural que respira, trota, grita e tira fotografia.

II - O Mascate:

Ferramenta, tecido, tamanco - quem vai comprar? Talvez o freguês queira terno, bota, colete, chapéu, tabaco, rapé. São produtos de todo tipo. Para escoá-los, há que ter pernas para caminhar ou trotar; voz para anunciar e mãos para oferecer, convencer, vender.

Quem oferece essa mercadoria no interior agreste do Brasil Colônia e Brasil Imperial é o mascate, porta-voz das novidades da “civilização” e com quem os portugueses comerciavam desde a descoberta. Não importa se o chamam de tropeiro ou regatão - o fato é que exerceu uma atividade bandeirante, ajudando a ocupar o país até pouco depois da Independência, alinhavando sua unidade territorial. E também batizou a famosa guerra travada em Recife em 1710, o que o fez receber o apelido provocativo de “caneludo” por parte dos adversários, integrantes do Partido Pernambucano (ao que retrucou aplicando a alcunha de ‘pé-rapado’ a seus oponentes).

O mascate possivelmente surgiu na Idade Média, com o desenvolvimento dos burgos. É essencialmente um ambulante e há quem o identifique ao vendedor itinerante que circula em vilas, vilarejos, cidades do interior ou do litoral. Carrega consigo tantos apelidos quanto as mercadorias que transporta. É chamado de pano de linho, marinheiro, bufarinheiro, matraca, canastreiro, miçangueiro, barateiro, corneta, turco da prestação, gringo, pechilingueiro, russo ou judeu da prestação, contrabandista, italiano. E ainda o “tequeteque”, que ludibria Macunaíma com uma conversa fiada e rouba-lhe uma “letra de quarenta contos e seis fichas do Casino de Copacabana”².

As explicações para as alcunhas estão relacionadas à região em que mais atuam, ao tipo de comportamento conforme a nacionalidade, a algum episódio histórico: quitandeiro e bombeiro no Rio de Janeiro, onde sua mercadoria é uma “bomba”, isto é, ordinária; carcamano no Ceará; e pombeiro para aquele que faz negócios com índios³.

Precursor do caixeiro-viajante, andava pelas estradas e cidades anunciando sua presença com um instrumento rudimentar, mas eficaz: dois pauzinhos com que produzia um som logo identificado pela clientela.

De porta em porta, por lugares distantes, esses vendedores ofereciam de tudo e supriam todas as necessidades: redes, apetrechos e varas de pescar. Gorduras, azeites, manteiga, óleo de mamona e de baleia para candeeiros. Óleo de linhaça, botijas de ácido sulfúrico e enxofre. Conservas, bacalhau, amêndoas, salsaparrilha, sal, cereais, sementes, nozes e biscoitos. Utensílios como panelas, arames, folhas de flandres.

Uma gama de artigos nacionais e tudo que o Brasil importava entrava na bagagem dos mascates, atravessando trilhas do litoral e do interior. Eram garrafas, espingardas, medicamentos, mapas, até caixas de música para teatro, violinos, perfumes e roupas íntimas. O mascate vendedor de panos e armarinho, transporta caixas de folha muito grandes com suas mercadorias, anunciando sua presença com uma matraca. Transportavam também livros e jornais para os possíveis alfabetizados – negociantes, fazendeiros e senhores da “alta” sociedade. Esses mascates, precursores da atividade comercial moderna, foram pioneiros nas vendas a crédito, em prestações, e da entrega domiciliar.

² ANDRADE, Mário. *Macunaíma*. P. 144

³ GOULART, José Alípio. *O mascate no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1971, p. 31-33.

De povoado em povoado, de rua em rua, percorrendo os recantos mais distantes do país, os mascates escoavam os produtos recém-chegados ao porto do Rio⁴. Todo esse desbravamento torna particularmente complexo o perfil desse itinerante, envolvido com uma grande diversidade de tipos de venda e percorrendo territórios com profundas diferenças regionais. Sua história é marcada por viagens através dos variados grupos sociais com que entrava em contato e por sua penetração comercial no interior do país.

Na Colônia eram holandeses, franceses, ciganos, mouros, judeus e portugueses (por serem os “donos da terra” se tornaram absolutos no negócio). No século XIX, quando a imigração tornou-se regular, várias nacionalidades mascateiam: sírios, libaneses, italianos, alemães, poloneses, russos, suíços, austríacos, ingleses, chineses. Os negros forros e escravos, como os próprios brasileiros também abraçaram a profissão. Dentre as vantagens da atividade estão a ausência de custo de instalação - carregava o estoque numa mala ou carroça - e de impostos, e tinha mais informações sobre o cliente, já que ia a sua casa.

Uma maneira de fixar diferenças entre eles, aliás, é a nacionalidade. Franceses levam perfumes, cosméticos e bijuteria comprados pela sinhá da casa-grande. Sírios e libaneses, generalizados como “turcos”, aderiam intensamente ao ramo, com o intuito de enricar depressa. Quando isso ocorria, abriam uma casa comercial. Os italianos levavam artigos religiosos e conservavam estreitos laços com seus patrícios. Como muitos barbeiros, havia entre eles músicos ambulantes que animavam festas religiosas ou profanas com seus realejos. Quando melhoravam de situação financeira abandonavam a profissão pela vida em fazendas, criando gado ou plantando. Os mascates urbanos vendiam sobretudo tecidos, roupas prontas, cosméticos e quinquilharias em geral.

Não por acaso a atividade remete aos ciganos. Primeiro pelo fato de que estes também exercem a profissão e são considerados por alguns historiadores como os primeiros mascates a circularem pela Colônia. O mascate cigano transitava na cidade, mas era no interior que sentia mais resguardado da permanente perseguição de que era alvo. Dedicava-se à venda de animais, sobretudo cavalos, e ao comércio de escravos. Alguns mascateavam fazendas, abusando da confiança de viúvas e mulheres solitárias, segundo registro do Visconde de Taunay.

⁴ *Jornal do Commercio*, 01/10/1827.

A associação com o “mundo cigano” tem a ver com a forma como lidavam com o espaço público e privado, fazendo da rua mais do que um simples espaço de circulação – ela se torna um lugar de vivência. Dependendo do ramo de atividade, a divisão entre local de trabalho e moradia tornavam-se fluidas e se confundiam.

Mas havia várias diferenças entre ambos. A vida imprevisível dos ciganos não lhes permitia competir com os mascates portugueses, judeus e, a partir da Independência, com outros que chegavam da Itália, Líbano e Síria. Além disso, não tinham a regularidade dos concorrentes, que atendiam a encomendas, criavam demanda e dispunham de maior variedade de produtos. Em sua maioria, os ciganos negociavam artigos conseguidos mediante barganhas e seu maior mercado era o de trocas. Havia, claro, ciganos com atividade mais regular devido a alguma especialização, como os caldeireiros ambulantes quem, em qualquer lugar em que levantassem as tendas, tinham clientela para conserto de objetos de latão e cobre. Entre eles, os Kalderash, cuja tradução do Romani é "caldeireiro", e que eram exímios no manejo de metais sobretudo bronze, cobre e latão.

Para os imigrantes não era fácil. De imediato, o desconhecimento das regras do mercado local. Outra barreira vem da personalização dos laços de trabalho, numa sociedade em que vale muito a confiança pessoal. Entre os mascates judeus, poucos tinham profissão anterior, daí escolherem atuar como vendedores ambulantes. Para tal valia a regra de ter alguém que o afiançasse junto a estabelecimentos fornecedores. O mascate urbano atuava tanto em bairros das grandes cidades como em cidades do interior. Um caso exemplar foi o da imigração de judeus da França, Oriente Próximo e norte da África para a Amazônia durante o boom da borracha.

No século XIX, a forma de apropriação do espaço na cidade muda. Uma racionalidade sedentária dá suporte ao equilíbrio social e desenvolve uma discriminação com relação aos ambulantes. Lugares onde mascates se alojam são, em sua maioria, apenas uma base para guardar mercadorias. A movimentação permanente, a pé ou conduzindo carroças, em certa medida também entra em choque com o projeto de modernização. Fixar-se é uma das primeiras metas disciplinares do comércio, processo avesso ao nomadismo. Numa sociedade fundamentada nas relações pessoais (laços de sangue e boa vizinhança) e na dependência de algum senhor ou patrão, a "itinerância" afronta a ordem pública, apesar de dar ao indivíduo um peculiar sentimento de autonomia e liberdade.

Tornar-se mascate era muitas vezes uma possibilidade de escolha e carta de alforria num contexto sócio-econômico desfavorável.

O aspecto “negativo” da profissão vem às vezes colado ao nome “regatão”, identificado à corrupção, sonegação de impostos e exploração de comércio ilícito. O primeiro registro teria aparecido em documento de 1668 / 1759, caracterizando-o como atravessador de gêneros que prejudica a economia do Estado.

Mas regatão é o mascate que atua na Amazônia, atravessando rios em um tipo específico de barco, a ‘galeota’ ou ‘coberta’, canoas com toldo. A palavra, de origem portuguesa, significava vendedor ambulante de gêneros alimentícios para taverneiros e quitandeiros. Esses desbravadores acabam descobrindo tribos e lugares que exigiam vencer severos obstáculos. Atendem a demandas de seringueiros, seringalistas, índios e negros refugiados em quilombos. Trajando habitualmente chapéu panamá, são também aventureiros em busca de riquezas, que oferecem mercadorias sortidas a um povo pouco afeito à malícia do comércio.

Atuavam às margens dos igarapés, onde vendiam bens de consumo e compravam borracha e castanhas, e, em Belém e Manaus, onde escoavam a carga.

Reza que eram vendedores sem escrúpulos, que, ao aportarem em lugares sem fiscalização, anunciavam a chegada com búzios ou tiros e tratavam logo de engambelar com cachaça os clientes mais questionadores do valor da mercadoria.

De todo modo, há quem afirme que todo mascate tem de ser um pouco malandro, no sentido comum do termo: não se meter em política para não prejudicar o negócio. Tiradentes, ao tempo da Conjuração Mineira, já não exercia a profissão.

Não havia uma formação específica para ser mascate, mas isso, a princípio, foi estendido a todo o comércio, como se pode verificar com os vendedores ambulantes.

III - Vendedores Ambulantes e Seus Pregões:

Ao vendedor ambulante também aplica-se o termo "mascate". No Nordeste colonial era usado de forma pejorativa referindo-se a comerciantes portugueses. Depois, passou a designar o comerciante pobre que participava de feiras abertas e mercados públicos, exibindo as mercadorias em baús pendurados no ombro ou em caixas de madeira abertas. Até a década de 1950 não era legalizado, não se confundindo, no entanto, com os atuais camelôs, pertencentes ao circuito inferior da economia.

O nome "pregoeiro", originário de apregoar, alardear, anunciar, provavelmente saiu das páginas de livros de literatura. Pois quem exerce a função se considera simplesmente "vendedor ambulante". Mas os pregoeiros constituem uma categoria especial, pela maneira quase poética de anunciar os produtos. Fazem do comércio de rua uma fonte de renda e nada como criar um atrativo a mais com frases típicas e versos para ajudar na venda.

É possível que a tradição tenha origem na presença da música acompanhando o trabalho de escravos. Um negociante estrangeiro que esteve em Recife pelos idos de 1816 ficou impressionado com o movimento de negros que, enquanto transportavam peso nas costas, encontravam ânimo para entoar músicas, e com os pregões das negras que carregavam cestos à cabeça. No Rio de Janeiro, em 1874, um conde belga também demonstra sua admiração com a cantoria animada de carregadores que atravessavam a cidade com pesos enormes sobre os ombros.

Em São Luís do Maranhão os pregoeiros ganharam fama a partir do século XIX. Eram famosos os que vendiam "banho cheiroso" e erva benta para tirar mofina ou mau olhado. Um dos pregões mais conhecidos em São Luís virou nome de doce vendido nas ruas: o "derressó", cocada de coco seco ralado e mel de cana. Preparada em tacho de cobre, quando ganhava consistência de melado era despejada num tablado em camada fina. Já fria, era cortada em quadrados pequenos e uniformes, arrumados e sobrepostos em camadas de cinco. O nome derressó é corruptela: na época, cada camada de cinco tabletes "custava dez réis, só", segundo o pregão. Os doces eram vendidos em pequenos baús, com tampa envidraçada.

Vendiam também "arroz de cuxá", prato típico da culinária maranhense, composto de arroz branco, peixe frito e o dito cuxá, feito com gergelim, farinha seca (branca), camarão seco e um tipo de verdura chamado vinagreira. Para temperar, cheiro verde, cebola e pimenta.

Em todo Brasil há dois tipos de pregoeiro que diferem dos demais por venderem seus produtos, ao invés de comprá-los. É o garrafeiro, que passa de porta em porta, saco de estopa às costas, gritando "garrafeiro... compro garrafas, meias garrafas, litros e vidros...freguês!...", depois revendia-os nas fábricas de bebidas e farmácias. E o "compra tudo" que não faz por menos: aceitava ouro, chumbo, roupa velha, sombrinha. E ainda latas vazias de óleo, ou de conservas para confeccionar

pás-de-lixo, lamparinas etc. Finalizava seus anúncios dizendo que até bicho comprava. Pode-se dizer que foi um ecologista precursor, pois transformava material velho em novo, revendendo-o a preço maior, ou fazia sucatas virarem objetos úteis, com os quais lucrava.

Carregavam produtos em utensílios rudimentares feitos artesanalmente, como o cofo e cesto de palha de buriti, ainda hoje encontrados no centro de São Luís. No Rio de Janeiro e outras cidades, o negro deixou o legado cultural de carregar os objetos sobre a cabeça. A mulher negra equilibrava potes de água na cabeça, apoiados em rodilhas de pano. Já o índio colocava a mercadoria nas costas, presa por uma faixa sobre a testa.

O tabuleiro usado por vendedores de ervas ganhava um desenho especial pelas negras vendedoras de caruru com bola. Eram de madeira leve com dois alguidares (um com caruru e outro com angu de fubá de arroz com que faziam bolas), apoiados em uma rodilha de pano sobre a cabeça.

Nos cais nordestinos são comuns os “cabeceiros”, homens fortes que colocam dentro do chapéu panos ou algodão e sobre ele transportam os mais diversos objetos. A resistência desse trabalhador é enorme. A maioria percorre inúmeros quarteirões, bairros distantes, cobrindo, em média, cerca de quatro horas de caminhadas ininterruptas diárias. Mas o pregoeiro não anda aleatoriamente: cria uma rotina em seu percurso, lembrando época passada, devido à repetição dos fatos. Estes estão relacionados à propaganda, aos pregões e à própria presença física do pregoeiro, o qual consegue obedecer ao horário de sua passagem nos locais do seu percurso.

Há uma espécie de geografia dos ambulantes. Outra forma de identificar a variedade dos profissionais é por região, cidade ou ruas onde fazem o ponto, revelando uma certa organização entre eles próprios. De acordo com a economia local detecta-se a incidência maior ou menor de certo tipo de ambulante. Nas cidades portuárias, por exemplo, historicamente se desenvolveu intensa atividade comercial ligada ao tráfico de escravos.

Mas essas regiões tradicionais vêm sofrendo remodelações em várias cidades. No chamado Bairro do Recife, situado na capital de Pernambuco, coexistem práticas tradicionais e inovadoras. As mudanças muitas vezes se devem a projetos desenvolvimentistas que destruíram registros de um Brasil antigo, tendo em vista uma imagem de progresso. Ali registram-se demolições desde o século XVII.

Uma tentativa de modernização foi a criação do Mercado de São José, inaugurado em 1875, com boxes em ferro pré-fabricado.

No Rio de Janeiro, os ambulantes se distribuíam em pontos específicos. Na rua do Ouvidor o vendedor de borboleta, brinquedo em folha de Flandres muito em voga. No mercado da Praia do Peixe, hoje Praça 15, o vaivém de negras africanas vestidas de baiana, anunciam em sua língua de origem as figas de guiné, colares, vatapá, muqueca e comidas típicas. A publicidade dos pregoeiros provoca um intenso ruído nas vozes que se cruzam. Carregadores, quase todos negros, erguendo, no ar, os balaios vazios: - “Oie” o carregadô!

Na porta de uma barraca de frutas: “- Mamão e genipapo! Uma especialidade!”. Noutra: “- Pimenta da Costa, urucum, azeite de dendê... Os do peixe anunciam: “- O bom roballo! O bom badejo! A cavala, o vermelho e o paraty!”

Na calçada do Instituto Histórico na rua Primeiro de Março, vendedoras de bugigangas turcas tentaram se instalar com suas caixas de madeira. Mas funcionários e freqüentadores daquele trecho da rua protestavam tanto que acabaram impedindo que ali se estabelecessem.

No Largo da Carioca reuniam-se à volta dos bondes vendedores de biscoitos e de balas, meninos de 12 a 16 anos que equilibram na palma da mão uma bandeja e já demonstram manha nas artes de ganhar o freguês:

“ - Balas! Quer balas? Hortelã, chocolate, baunilha e coco!

- Biscoitos, Sinhá.

- São seis por um tostão!

- Baleeeeei... ro! Queimada e ovo!”

Luiz Edmundo, em O Rio de Janeiro do meu tempo, capta muito bem o movimento desses vendedores ambulantes através de uma de suas marcas registradas: os pregões. Nesse sentido, traça um verdadeiro repertório por nacionalidade e mercadoria:

“É o português vendedor de perus:

- Olha ôôô prí uuu da roda vô ôôô a!

O vendedor de abacaxi:

- Olha ô ô ô avacaxi ôôô!...

O italiano do peixe:

- Pixe camaró... Ulha a sardénha!

A turca ou turco vendedor de vassouras:

- Vae vasouôôôôôra espanadooeire!

E o comprador de metais:

- Chuuuumbo, féerro, cama vélha, metal velho para vender!...

O homem das garrafas vazias, com o seu cesto à cabeça, grita assim:

- Gueraalfas bazias pr'a bundaire!!

E a negra da cangica:

- Cangiquinha... Yayá, bem quente!"

Cita, ainda, o vendedor de empada, que agita na mão "pobre lanterna de papel, iluminada à vela de sebo:

- As empedinhas spiciaes cum quêmerão e as azaitonas! Stam queimando!
Não tendo o quêmerão nam pagam nada!"

A venda de sorvete é feita em carroças em forma de navio, que procedem à venda de gelados em casquinha. Ou por um negro que envolve a lata com panos brancos e asseados:

"Sorvetinho, sorvetão

Sorvetinho de tostão

Quem não tem seu tostãozinho

Não toma sorvete, não!

Sorvete, Yayá!"

Há também o "funileiro, que bate num prato de cobre com um badalozinho de chumbo, mas, não grita;(...) os doceiros de caixa, chamarizes de criança, esses, tocando uma gaita de boca; há o baleiro, há a baiana do cuscuz, da pamonha, do amendoim e da cocada, a baiana que se instala num vão de porta, com o seu lindo xale africano, a sua trunfa, os seus colares e as suas anáguas postas em goma, à espera da freguesia, fumando um cachimbo de nó de imbuia"⁵. E o caldo de cana é

⁵ Grifos nossos.

exposto em carretas-realejos: enquanto mói a cana, o vendedor aciona a manivela da caixa de música.

Um dos problemas dos vendedores ambulantes que lidam com alimentos diz respeito à higiene e insalubridade do ofício. Neste sentido, o próprio Luiz Edmundo faz uma série recriminação ao leiteiro, de barba pouco cuidada e tamancas. Esse ambulante que madruga, puxando o “ruminante de seu comércio” com sinos no pescoço, é seguido do ajudante, ordenhador, e o bezerro de focinheira de couro, às vezes chamado a ajudar na sucção do leite. O autor adverte para a quantidade de doenças gastro-intestinais decorrentes de má-fé do leiteiro, que mistura água ao leite.

Existem também os vendedores ambulantes vindos de outras partes do mundo, cada um deles trazendo sua contribuição para a cultura local: “colonizador português foi um viramundo, trouxe da China um traço cultural que ainda está presente no Recife. Em uma vara, apoiada nos ombros, o vendedor prende um balaio em cada extremidade, por meio de fios. Assim carregam peixes, verduras ou frutas.

Passam, num passo cadenciado, procurando distribuir melhor o peso, cantando o seu pregão:

“Ostra chegada agora....
tá fresquinha...
olha que beleza,
não quer comprar, freguesa...”

Uma categoria especial é o caixeiro-viajante. No Rio de Janeiro era em geral um português e se situava entre o comerciante e os homens livres e pobres. Sua sobrevivência exigia se submeter às condições impostas pelos comerciantes a quem servia, não havendo para ele fins de semana na sua crença da possibilidade de ascensão social através do trabalho.

Ele não gozava da simpatia da população pelos privilégios civis e políticos que detinha e pela subserviência à ideologia patronal. Com o crescimento urbano no Rio de Janeiro fomentou o atrito com nativos que buscavam atuar no comércio, em desigualdade de condições. A briga valia a pena; afinal, o trabalho do caixeiro era das poucas atividades no gênero que dava margem a mobilidade social.

O significado histórico da criação do Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, no contexto do ensino técnico-profissionalizante do século XIX, só foi reconhecido tardiamente. O Liceu criou em 1882 um curso de comércio regular de quatro anos, gratuito e noturno, com a finalidade de ministrar a educação popular, fundamental e profissionalizante. Em país de mentalidade latifundiária e escravista, a escola visava aos menos favorecidos, mas o próprio povo acreditava que trabalho em oficinas, comércio e agricultura dispensava formação e usava seus escravos para o comércio ambulante nas ruas. O preconceito local incentivou o estrangeiro a se estabelecer no setor.

A chegada de D. João, em 1808, acentua a diferença entre categorias profissionais de elite, com valorização do bacharelismo e repúdio ao trabalho braçal e mecânico associado a escravos e à gente humilde. Mas, ao mesmo tempo, hábitos de consumo foram alterados no que diz respeito a um maior volume e variedade de mercadorias e ao aumento considerável de casas de comércio, que exigiam empregados qualificados.

No final do século XIX, com o incremento e a complexidade das transações comerciais, surgem novos cursos. No início do novecentos, com a expansão comercial e exigências de caráter administrativo, surge a necessidade de organizar o ensino comercial de maneira uniforme, em todo o país. A maioria dos candidatos em 1882 eram brasileiros (373) de 12 a 15 anos, solteiros, empregados do comércio, e, em número menor, havia portugueses um pouco mais velhos e estudantes⁶.

Talvez pelo esforço físico, que obriga a carregar mercadoria de até 40 quilos; talvez pelo fato de exigir a presença na rua em horários de maior risco de violência física, talvez pelas atribuições domésticas - o fato é que não se verifica a mesma proporção de mulher pregoeira, na nossa atualidade.

A contínua permanência dos pregoeiros em certos locais, durante 15 a 20 anos de exercício, decorre da demanda de fregueses que não perderam o hábito, apesar de terem fornecimento de outro tipo. O trabalho do pregoeiro e a sua relação de trabalho se concretizam na rua, tendo aí mais um elemento que reforça a discriminação, representando uma categoria marginalizada.

Dentre os pregoeiros há os que persistem, os que desapareceram, os que surgiram e até mesmo ressurgiram.

⁶ No livro *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*, de Joaquim Manuel de Macedo, há uma curiosa citação com relação ao Instituto Comercial.

IV – Tanoeiro:

Recordando nossa história literária, um dos mais importantes personagens de Machado de Assis se “intitula” um descendente legítimo de tanoeiro. A família Brás Cubas começa com:

“...um certo Damião Cubas, que floresceu na primeira metade do século XVIII. Era tanoeiro de ofício, natural do Rio de Janeiro, onde teria morrido na penúria e na obscuridade, se somente exercesse a tanoaria. Mas não, fez-se lavrador, plantou, colheu, permutou o seu produto por boas e honradas patacas, até que morreu, deixando grosso cabedal a um filho, o licenciado Luís Cubas. Neste rapaz é que a minha família sempre confessou, – porque o Damião era afinal de contas um tanoeiro, e talvez mau tanoeiro, ao passo que Luís Cubas estudou em Coimbra, primou no Estado, e foi um dos amigos particulares do vice-rei Conde da Cunha”. (Memórias Póstumas de Brás Cubas (1881) - Machado de Assis – grifos nossos)

Com esse exemplo, percebe-se que a profissão de tanoeiro – construtor de cubas (daí o sobrenome do personagem machadiano) pipas, balseiros, tonéis e barris para conservação e transporte de bebidas alcoólicas – estava em desprestígio no final do século XIX. De qualquer modo, é importante lembrar que a tanoaria chegou a ser considerada uma arte e gerou inúmeros empregos. Atualmente sabe-se que sobrevive apenas nas mãos de artesãos espalhados pelo interior do país.

Os instrumentos de trabalho dos tanoeiros são a enxó, a jabradora, a raspilha, além do banco, utensílio para tornear a madeira dando-lhe forma de aduela. Para emborcar a madeira que vai constituir o barril ela era primeiramente aquecida no fogo durante pelo menos uma hora, pois, uma vez aquecida, ela não se parte e permite a aplicação de arcos metálicos para mantê-la bem apertada. Muitas vezes, os barris chegavam a capacidade de 225 litros (meia-cuba).

Culturalmente, a tanoaria é uma referência histórica no que diz respeito às primeiras profissões no Brasil. Baseados na experiência com os barris de vinho, os tanoeiros puderam desenvolver o armazenamento da cachaça. As madeiras utilizadas eram castanho, mogno, acácia ou eucalipto, mas o carvalho era o preferido. O ideal seria que tivessem cerca de 150 anos de idade e permanecessem três anos secando ao ar livre, depois do corte em troncos. Quanto à higiene, os barris eram esfregados à exaustão. E o armazenamento só acontecia depois da

constatação da limpidez da água, que era testada à contra-luz para garantir a ausência de qualquer impureza que estragasse o produto.

Utilizando-se de todo esse conhecimento a respeito do vinho, após anos de experimentos, as câmaras de fermentação ganharam condições ideais para abrigar a cachaça: madeira, espessura e ferro adequados. Fato advindo da necessidade de transportá-la em condições adversas, passando por carros de bois, sendo depois empurrados no mar por nadadores, içados para barcos e, enfim, carregados para diversos lugares inúmeras vezes. Além disso, os barris deveriam ser capazes de suportar qualquer tipo de clima sem permitir que a bebida vertesse ou evaporasse. A fim de evitar pequenos vazamentos, possíveis fissuras eram tapadas com tiras de casca do tronco das bananeiras.

Ao final de um dia de trabalho do tanoeiro, pedaços de madeira e serradura pelo chão indicavam os preparativos necessários para o barril receber a cachaça. Hoje em dia os processos de transporte, engarrafamento, rolhagem e rotulagem das garrafas estão se modernizando. E a profissão de tanoeiro limita-se artesanalmente à reparação de recipientes e construção de barris decorativos.

Cachaça: Uma Invenção Brasileira:

“Cachaça é que nem camarão. A gente joga fora a cabeça e o rabo e só come o coração”.

A cana-de-açúcar chega ao Brasil trazida pelos portugueses no século XVII. No engenho de Martin Afonso de Souza, capitania de São Vicente, os escravos a descobrem e passam a tomar o vinho da cana ou a ‘garapa azeda’, um resíduo de líquido nos tachos de rapadura, que servia de alimento aos animais. Antonil já faz menção à “caxaxa” azeda, fermentada, gênese da cachaça, e à destilada, aguardente, ambas atrapalhando o andamento dos trabalhos servis.

A “cagaça”, inicialmente apenas fermentada, ao ser destilada vira cachaça, transformando-se em moeda para compra de escravos na África. No Brasil, a mais antiga referência à bebida estaria nas Cartas Chilenas (1788-1789). Em Portugal, há referência na poesia de Sá Miranda, no século XVI, mas trata-se da aguardente, equivalente à atual bagaceira, feita de uvas e não do mel de açúcar sacarino. Data

dessa época o culto à aguardente, água-da-vida, eau-de-vie, como remédio para tudo, mentalidade que permanece até hoje.

Não se sabe ao certo quando o nome cachaça se consagrou para referir-se à aguardente destilada nos engenhos da Colônia. Sobre o processo de fabricação, Antonil ensina que o caldo bota fora a primeira espuma, “a que chamão cachaça” (1711), talqualmente tinham dito Marcgrave e Piso entre 1638-1644. Ele preconiza também a viagem da barca carregada de açúcar, “com marinheiros não aturdisados de aguardente” – nada menos que a cachaça brasileira, sem o nome de batismo.

Por muito tempo a aguardente mantinha um processo de industrialização caseira, ao lado das grandes destilarias. No interior do Brasil sempre foi costume utilizar um pedaço de terreno para plantio da cana, assim, três partes da colheita era destinada à produção de cachaça para atender a mercado interno, escapando da fiscalização. Além de fábricas, engenhocas destilavam cachaça para populações pobres.

A cachaça artesanal prosperava no litoral sul do Rio de Janeiro. Mas em Minas Gerais, no auge da exploração do ouro, os aventureiros também adotaram a bebida. Portugal tomou medidas para evitar a concorrência com o vinho do Porto e da bagaceira, destilado da casca da uva, alegando que prejudicava o trabalho de extração e tentou, sem sucesso, proibir sua produção e comercialização. Passou a cobrar alta tributação, o que só fez transformar a bebida em símbolo de resistência à dominação portuguesa, estando associada à Inconfidência Mineira.

As técnicas de produção, incluindo a participação do tanoeiro, se aprimoraram, mas Minas Gerais continua fiel às tradições. Não abre mão, por exemplo, do alambique de cobre. A flora local também colaborou para desenvolvimento de técnicas de envelhecimento da cachaça variando as madeiras dos barris, o que sofisticava o produto.

O pioneiro na produção de cachaça foi Anísio Santiago, pequeno fazendeiro que introduziu a técnica de separar a bebida em três frações, durante a destilação. Apenas a do meio, chamada de coração era considerada nobre, começou a ser envelhecida e comercializada em barris.

A cana passava por um processo de preparação para a fabricação da cachaça: colheita, moagem, fermentação, destilação em alambiques de cobre e envelhecimento. A estocagem era feita, preferencialmente, em barris de madeira, onde ainda aconteciam reações químicas que alteravam o sabor, o aroma e a cor.

Há madeiras neutras (como jequitibá e amendoim) que não lhe alteram o tom, e as que lhe dão uma nuance amarelada: carvalho, umburana, cedro e bálsamo e outras. O tempo de envelhecimento torna a cachaça mais ou menos suave. O tempo de permanência da cachaça nos barris fabricados pelos tanoeiros determinaria a qualidade da bebida: seu teor alcoólico, sua consistência, características específicas que possibilitam diferentes formas de serem degustadas.

A propaganda da cachaça se deu de baixo para cima e de dentro para fora. A Rua da Quitanda, na cidade de São Paulo, foi o Beco da Cachaça. Em 1867 Richard Burton encontrou uma Rua da Cachaça em São João del Rei, Minas Gerais. A fama do brasileiro na fabricação da cachaça brasileira se propagou e há registro, já em 1851, de um brasileiro residente em Mossâmedes, sul de Angola, oferecendo-se para construir engenhos de açúcar, movidos a água ou por animais, na intenção de produção de açúcar, aguardente e outros derivados.

Cerveja:

As bebidas preferidas até o século XIX eram os vinhos do Porto e da Madeira, a aguardente de cana e outros produtos da indústria portuguesa. Até a Independência (1822), Portugal impediu a entrada no país de outra bebida a não ser o vinho. E mais: vinhos de outras partes da Europa chegavam em escala reduzida, devido a boicotes. Um deles é a frase “de fazer azia em caixa de bicarbonato “, referindo-se a vinhos da França, Espanha, Itália e Alemanha.

A maior parte do vinho português que aqui se vende como ótimo, com raras exceções é falsificado ou “batizado”. A Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal enche o mercado do Rio com barris que mostram as iniciais R. C. V. N. P. Mas o carioca satirizava a excelência da bebida e dava sua tradução própria às letras: R – roubalheira; C – completa; V – vinho; N – nem; P – pinga; isto é: Roubalheira completa, vinho, nem pinga!

A importação de vinho comum atinge a quantidade de 43.400.000 litros em um ano (Estatísticas do Ministério da Agricultura), para uma população, no Brasil, de 22 milhões de habitantes⁷.

Esse foi o cenário enfrentado pela cerveja, que chegou pela primeira vez com os holandeses no Nordeste (1630-1654), mas não conseguiu competir com o vinho e

⁷EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Volume 2. Pp. 436-437.

a cachaça. No século XIX finalmente alcançou penetração, se adaptou ao clima, mas sempre tendo de enfrentar, como a cachaça, a rivalidade e até mesmo a deslealdade de negociantes de vinhos estrangeiros, que boicotavam e difamavam o produto na loja.

Anúncio do *Jornal do Commercio* de 1836 revela que a cerveja era pouco conhecida até então. Com campanhas adversas, e no começo importada, começa a circular cerveja brasileira, antes da República, no Rio de Janeiro. Eram produtores a Fábrica Gebel, a Guarda Velha e Logos. Menos importantes, a da Cervejaria Sacramento, de Nicoláo Passos, a de Pinho & Leite, as das Fábricas Velloso, Stampa, Olinda, Leal Rosa, Stoffel, Commercio, Santa Maria, Floresta e Tombal.

No começo do século XX, Maschle, na rua Visconde de Sapucaí, já tinha lançado quatro grandes marcas: Brahma, Franciscana, Book-Ale e Guarany, vendidas em chopps, copos que afetavam a forma de canecas de vidro com asa, altos e grossos. Afora essas canecas havia as “pedras”, canecões bojudos, de barro cozido, branco, com largas tampas de metal. As marcas Teutonia, Brahmina, Christal, Cavalleiro, Malsbier e Fidalga, também bebidas em chopp, surgiram depois”⁸.

V - Lambe-Lambe:

Quem nunca precisou tirar uma foto 3x4 urgente e procurou em alguma praça ou jardim público um fotógrafo popular operando uma máquina mágica parecida com um velho caixote? Talvez as novas gerações das grandes cidades não conheçam o trabalho desse homem e seu poderoso engenho, que sintetiza numa única peça as funções de câmera e laboratório solar. Mas a origem, história e papel social do profissional é desconhecida de gente de todas as idades.

O nome lambe-lambe pode causar estranhamento, mas tem sua razão de ser. Apesar de não haver consenso quanto à sua origem exata, esse termo está relacionado com o gesto recorrente dos fotógrafos que usavam a câmera de grande formato: para identificar o lado da emulsão da chapa, filme ou papel sensível era necessária uma “lambida” tradicional.

Para evitar que a chapa com emulsão ficasse voltada para o fundo do chassi, provocando, assim, a perda do foco e, em consequência, de nitidez, molhava-se a

⁸ EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Volume 2. P. 420-422

ponta do indicador e do polegar com saliva. A pressão dos dois dedos sobre um dos cantos do material sensível evitava manchas: o lado da emulsão dava leve impressão de "colagem" no dedo.

Segundo o historiador Boris Kossoy, alguns atribuem o nome ao fato de se lambar a placa de vidro. A explicação parece infundada, já que com tato ou observação da chapa em local escuro já se identifica o lado da película sensível. Outros afirmam que se lambia a chapa para fixá-la. Mas o mais correto talvez seja atribuir a origem ao antigo processo da ferrotipia, pelo qual se aplicava uma camada preta de asfalto à chapa de ferro que recebia a emulsão. Ao lambar a chapa depois da revelação, o cloreto de sódio existente na saliva fazia a imagem sobressair do fundo preto. De toda forma, o mais marcante em toda essa história é a demonstração do lambe-lambe diante de seu público, verdadeira platéia de leigos admirados com um trabalho próximo da mágica.⁹

O bom desempenho profissional dependia de vários fatores. Primeiro, a luz. O melhor dia era o dia de sol, e encontrar um desses fotógrafos na praça era indicação de bom tempo: "Para ser bom retratista é preciso ficar de olho nas nuvens". Esse ditado teve ampla circulação entre as décadas de 1920 a 1940, auge do fotógrafo lambe-lambe, que se instalou em locais públicos desde 1915 e por mais de três décadas retratou inúmeras situações e diversos tipos humanos.

Para se sair bem no ofício de lambe-lambe era necessário ser criativo e ter sensibilidade tátil. Hoje em dia, a criatividade diz respeito ainda à conservação do equipamento antigo. Pesquisas recentes sobre a origem das câmeras ainda em atividade demonstraram que todo lambe-lambe conhece a marca da lente, que é "a alma do negócio". Porém, nem mesmo imigrantes mais velhos são capazes de indicar a procedência das máquinas em uso, devido aos inúmeros processos de montagem e remontagem. Na verdade, o lambe-lambe hoje é produto artesanal e caseiro, feito com peças e parte recicladas de um primeiro tempo da indústria.

Seu principal instrumento de trabalho era uma caixa de madeira com objetiva, apoiada em tripé. A mágica era feita na câmera-laboratório, dividida em duas partes, sendo a inferior dotada de dois banhos (revelador e fixador), usados simultaneamente para processamento químico de filmes e papéis.

⁹ FERNANDES JUNIOR, Rubens. "Desconhecidos íntimos: o imaginário do fotógrafo lambe-lambe" In: Revista FACOM, número 6, 1o semestre.

A máquina laboratório chegou ao Brasil com o bolonhês Francisco Bernardi. Estabelecido em São Paulo, além de fabricar acessórios fotográficos atuava como fotógrafo. Para um melhor desempenho e lucro, atendendo a fregueses mais distantes, incorporou o laboratório à máquina possibilitando maiores deslocamentos: o fotógrafo tornou-se ambulante.

Aos poucos, a popular máquina de jardim (modelo Bernardi), cujo desenho se mantém até hoje, foi simplificada e aperfeiçoada. Porém, hoje em dia, com a popularização das câmeras fotográficas e a facilidade de suas operações técnicas, a disponibilidade dos recursos de processamento químico e produção das cópias, o tradicional ofício do fotógrafo de jardim está em vias de extinção. E com eles se extinguem várias formas de se fazer fotografia: um saber técnico passado praticamente de pai para filho e, principalmente a capacidade de improvisar, bem como a criativa ação documental, imprescindíveis para a compreensão do desenvolvimento da história da fotografia no Brasil.

Fotógrafos de jardim construíram um pedaço da nossa memória visual, talvez um dos mais verdadeiros e prazerosos, produzindo imagens com a velha câmera de fole, que permitia registros em chapas no formato 9X12 cm, tamanho ideal para cópia contato no mesmo formato¹⁰, com objetiva de pouca luminosidade, sem dispor de fotômetro nem filtros.

A partir dos anos 50, o lambe-lambe passou a produzir somente retratos para documentos, respondendo à nova clientela, deixando de lado retratos que caracterizavam situações de maior diversidade temática e riqueza iconográfica. Desde o início, sua produção, desvalorizada por estúdios fotográficos que garantiam qualidade técnica e pretensão artística, ficou tão dispersa e esquecida, que ainda hoje é difícil reunir uma coleção que esgote o universo intuitivo e criador do nosso fotógrafo de jardim.

VI - Barbeiro – Dentista:

Barbeiro, dentista e cirurgião são profissões que se entrelaçam em suas origens, alimentando por muito tempo o imaginário popular: “quem lhe dói os dentes vai à casa dos barbeiros”.

¹⁰ Kossoy, Boris. O fotógrafo ambulante - a história da fotografia nas praças de São Paulo. In Suplemento Literário do jornal O Estado de São Paulo, 24/11/1974, p.5.

Almanaques mineiros discriminavam aqueles que eram apenas barbeiros e os que acumulavam as funções de barbeiro e cabeleireiro. Mas o trabalho englobava as habilidades de arrancar dentes e aplicar sanguessugas. Isso se pode aferir em gravuras de Debret que retratam barbearia com os serviços ali oferecidos: "barbeiro, cabeleireiro, sangrador, dentista e deitão de bixas". Ainda no começo do século XIX o barbeiro era identificado como indivíduo que faz barbas e aparas o cabelo, arranca dentes, aplica sanguessugas (barbeiros de lanceta ou sangradores) e conserta espadas.¹¹ Apesar de apenas o primeiro atributo ter perdurado, as demais atividades foram exercidas até o início do século XX.

Havia também os que exerciam a atividade musical, especialização que vem sendo documentada a partir de meados do século XVIII. Mas só no início do século seguinte a atuação desses músicos urbanos se tornam mais freqüentes, sendo reconhecida oficialmente como prestação de serviço urbano pioneira. Um dos famosos foi Chico Barbeiro, que atuou no começo de 1900 na rua do Livramento e depois na do Comércio, em Alagoas. Mas a vocação em geral foi sacrificada: ele teve de abdicar do entretenimento e, para sobreviver, virou empregado.

Num primeiro momento o crescimento urbano no Rio de Janeiro e na Bahia no final do século XVIII reforça a importância do barbeiro. Há registro de caso de 1850 sobre fazendeiro que adquiriu o escravo Torquato (a quem chamavam de "senhor") para servir de médico-enfermeiro da fazenda e aconselhava aos senhores que não chamassem o médico, oferecendo seus próprios remédios. Era um escravo com especialização de barbeiro. A própria barbearia, ambiente predominantemente masculino, ganha um papel social relevante: ponto de encontro de novidades, onde se trocam informações sobre o acontecido, vida alheia, notícias locais. Mas aos poucos seu prestígio começa a declinar, tendo de enfrentar novas com regras de comportamento e regulamentação de profissões.

Os barbeiros, considerados antecedentes dos cirurgiões pela habilidade no manuseio dos instrumentos, padeciam de pouco prestígio pela associação com carne e sangue. De acordo com Le Goff¹², a sociedade sanguinária do ocidente medieval oscilava ente deleite e horror pelo sangue derramado, não escapando do

¹¹ Dicionário Moraes e Silva, 1813 *apud* FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, VI(2):277-91, Jul-Out 1999.

¹² LE GOFF, Jacques. *Profissões lícitas e profissões ilícitas no ocidente medieval*. In: *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1980. P.86

desprezo o cirurgião e até o médico. Acrescia ao fato de saírem das camadas pobres da sociedade. Esses homens - não há registro de mulheres no ofício - são em geral negros livres ou de ganho que vivem num contexto escravocrata e enfrentam um antigo tabu com relação aos que lidavam com sangue. Além disso, exercem um trabalho manual cada vez menos valorizado a partir do processo civilizatório que ganha força no século XIX. Daí a associação entre cirurgião-barbeiro e açougueiro é apenas um passo.

Não há formação institucional para o desempenho das atividades dos barbeiros sangradores e/ou barbeiros de lanceta. As técnicas eram transmitidas através dos mais velhos, mediante a prática e a oralidade. O conhecimento para ser barbeiro era pouco, restrita ao campo prático. Nos censos de 1832 e 1871 praticamente todos os barbeiros são pardos ou negros, reforçando a idéia de desqualificação do trabalho.

A demanda pelo serviço depende também da moda. Sobre o material de trabalho, consta que tradicionalmente utilizavam bacia de latão modelada de forma a se adaptar ao pescoço; o próprio dedo ou uma noz por dentro da boca do cliente, para melhor escanhoar – era a barba de caroço ou barba de dedo. O barbeiro ambulante usa também o artifício de pedir ao freguês para fazer bochecha, facilitando, assim, o movimento da navalha: “loiô, fazê buchichim”.

Com a Navalha na Mão:

Ao longo do século XIX, em Minas Gerais, era grande a atuação de práticos, especificamente barbeiros e cirurgiões. Médicos locais mandavam buscar sanguessugas em barbeiros que criavam e alugavam “bichas”, expostas em vidros, na vitrine da barbearia. Por volta de 1832 abusou-se desse método terapêutico.

Os alfabetizados se socorriam de guias de medicina popular que circulavam Brasil afora e eram às vezes o único recurso de fazendeiros, práticos e também de médicos e farmacêuticos. O de Chernoviz¹³ descreve o procedimento da sangria com sanguessugas. Os melhores lugares do corpo para aplicar nas bichas: peito, pleuris, atrás dos ouvidos, ao redor dos olhos.

¹³ CHERNOVIZ, L. N. *Dicionário de Medicina Popular*. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890, Vol 1, p. 1111.

É comum o uso de ventosas, de preferência as sarjadas, que dispensavam indicação ou autorização médica e aliviavam a dor. Sarjador era um aparelho francês, acionado por botão, dotado de fios navalha que cortavam os cabelos e a pele, preparando o local para a ventosa. Outro recurso eram copos vendidos em farmácias, esquentados com chama de álcool, fazendo vácuo no local aplicado.

Barbeiros e Cirurgiões:

As relações entre barbeiros e cirurgiões são ora de proximidade, ora de distância. Os barbeiros são considerados antecedentes dos cirurgiões. Mas a obra de Debret atesta a diferença de status entre barbeiro, mais próximo da população escrava, e cirurgião, mais sofisticado, lidando com homens livres e de recursos. Os pobres recorriam aos cirurgiões negros, que aplicavam ventosas, receitavam e vendiam talismãs.

A distinção entre cirurgião e barbeiro é reforçada com a formação acadêmica do cirurgião, que soma o componente intelectual ao trabalho manual, entrando no rol das profissões liberais, ficando os barbeiros associados a atividades manuais mecânicas. Numa escala social de profissões, médicos encabeçam a lista seguidos dos cirurgiões (cuja meta era ser médico) e depois os barbeiros (que percebiam a relação com cirurgiões como sinal de prestígio e elevação social).¹⁴

Apenas quem teve formação acadêmica deveria ocupar-se do corpo. Na impossibilidade de manter essa norma em todo o estado, há intermediações viabilizando a atuação de outros profissionais. Mas a busca por restringir as atividades do barbeiro torna-se cada vez maior.

Saint-Hilaire testemunha a frágil delimitação entre barbeiro e cirurgião, durante o atendimento a um homem. Surpreende-se com o fato de, por um lado, o cirurgião agir como médico, de forma civilizada e racional e por outro dele se distanciar, ao associar medicamento com reza.

Consultórios particulares começam a existir em meados de 50, como se observa em Vassouras, onde atua um especialista em "partos, doenças de senhoras, doenças cardíacas e nervosas". Ele atende a chamados por escrito a qualquer hora, dentro e fora da cidade. Alguns médicos fixam-se em fazendas e

¹⁴ Essa hierarquia já existe no século XVII, conforme se lê em Molière, "O doente imaginário", de 1673.

atendem a fazendas vizinhas. Em casos mais sérios, os fazendeiros buscam socorro no Rio, através de comissários que levam a descrições de doenças a médicos de lá, embora às vezes estes se recusem a fazê-lo, sem exame. Com a ferrovia, fazendeiros ricos traziam eventualmente médico do Rio.

Com a criação de cursos de cirurgia e medicina cresce o confronto com práticos da cura, mas não cessa a atuação de barbeiros e cirurgiões sem formação acadêmica.

Ao final do século XIX consolida-se a distinção entre médico, cirurgião e dentista, e destes com relação a barbeiros. Um cirurgião, pela legislação mineira no século XIX, devia passar por exames para ter licença, não bastando, como para barbeiros, pagamento de taxas. São exigidos diplomas ou exames, vistorias nos estabelecimentos, taxas para licenças das atividades e funcionamento comercial, regras, sanções e multas para quem desobedece a lei.

Joaquim Manuel Macedo assinala quão desagradável era ver um "preto" sentado em banquinho no meio da rua "com a cara entregue às mãos do outro que o ensaboa e barbeia como se estivesse na sua loja". Debret, que retratou alguns barbeiros ambulantes, assinala que estes eram o último degrau da hierarquia dos barbeiros.¹⁵

É provável que numa cidade como o Rio de Janeiro houvesse barbeiros para ricos e para pobres e, entre estes, havia a separação entre homens livres e escravos. Mas o mesmo não se dava no interior de Minas, onde barbeiros, embora em pequeno número, atuam nas cidades, com legislação que cobra impostos e licenças para exercerem a atividade e manutenção do comércio (o barbeiro deveria pagar licença para exercer o ofício e manter aberta a barbearia).

Havia também os barbeiros ambulantes. Um deles ficou conhecido em Diamantina por sua personalidade meio maluca. Bambães, que chamava a todos de "meu belo", é citado por memorialistas como sujeito simpático que circulava pelas ruas fazendo brincadeiras e exercendo seu ofício.

No Brasil Colônia havia uma divisão oficial de atribuições para evitar a ação de aventureiros e permitir maior controle fiscal: o médico (ou físico) medicava, o cirurgião intervinha no corpo doente e o boticário manipulava medicamentos. Havia

¹⁵ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Edusp, 1978. Vol. I.

posições intermediárias e troca de funções entre os profissionais. Com as escolas de medicina (antigas escolas de cirurgia) a hierarquia entre as profissões permanece, marcada pelo tempo de formação: o curso de médico com seis anos, o de farmacêutico e de cirurgião três, e o de parto, um a dois anos. Havia sempre a possibilidade, para o cirurgião, de completar seus estudos, e também se tornar médico.

As intervenções cirúrgicas realizavam-se sem anestesia, transformando o ato cirúrgico em barbárie. Todos sofriam com a prática: quem executava, assessoravam e assistia. As qualidades do bom cirurgião na época incluíam frieza e destreza. Quanto mais rápido, menos gritos de dor.

Mesmo com anestesia, as dificuldades envolviam falta de assepsia por ignorância. Mortes por supuração de feridas operatórias montavam a quase 90% dos pacientes.

Sem assepsia e sem anestesia, o cirurgião era chamado em casos extremos. Os médicos cirurgiões, no final do século XIX, ainda tinham área de atuação dividida com pessoas sem formação acadêmica, que se apresentavam como curadores ou curandeiros. Entre estes encontramos Mané Martins, que circulava com um canivete afiado em Curvelo, norte de Minas, sempre acompanhado do seu canivete Roger, bem afiado. Sem anestesia ou assepsia, ela demonstrava destreza e habilidade nas operações.

Por outro lado, confiar navalhas afiadas aos escravos não deixava de ser arriscado a navalhada no pescoço de um desafeto. O instrumental de trabalho do barbeiro transformava-se em arma.

Há notícias de que farmacêuticos realizavam pequenas intervenções cirúrgicas, colocavam braços e pernas quebrados no lugar e realizavam amputações. Dois deles ficaram conhecidos em Montes Claros, na virada do século XIX, pela eficiência em receitar e pelas pequenas intervenções cirúrgicas que realizavam.

A média de paciente por médico era bem baixa no século XIX.

VIII - ADENDOS:

Provérbios:

Barbado só camarão.

Na barba do tolo é que aprende o barbeiro novo.

A lã não pesa pra ovelha e a barba não pesa pro bode

Barba ensaboada está meio raspada.

Bode também tem barba.

Quando você vir a barba do vizinho arder, ponha a sua de molho.

Quando Deus tira os dentes, engrossa a saliva.

Deus não dá nozes a quem não tem dentes.

A cavalo dado, não se olha os dentes.

A língua bate onde dói o dente.

A pão duro, dente agudo.

Amizade de sogra e nora, só dos dentes pra fora.

Na enxurrada, é que pitu larga os dentes.

Quando Deus tira os dentes, endurece a gengiva.

Quando Deus tira os dentes, enlarguece a goela.

As três melhores coisas da vida: cerveja gelada, boi na internada e mulher pelada.

As três piores coisas da vida: cerveja quente, boi doente e mulher da gente.

Sonho de bebum é virar gênio para dormir dentro de uma garrafa.

Santos padroeiros da cachaça: Joana D'Arc porque morreu no fogo e São Jorge porque matou o bicho.

(Fontes: Folclore brasileiro: Rio de Janeiro de Cascia Frade e <http://www.jangadabrasil.com.br>)

Outros pregões:

Pastorinhas (cantigas)

Baiana:

Eu sou a baianinha quitandeira

A mais querida e barateira

Meu taboleiro tem enquiço, tem feitiço

Ha, ha, ha, ha.

Quem gosta da boa verdura,
Da fruta boa e bem madura.
Se compra uma só vez
Fica logo freguês.
Lá vai a laranja
Mexeriqueira
Eu tenho a seleta
Da mais verdadeira
Tem couve manteiga
Repolho folhudo,
Pimenta de cheiro
E maxixe graúdo.
Pimenta de cheiro
Jiló quimbombô
Eu vendo barato
Me compra, ioiô.

Outras referências sobre a cachaça:

“Bebo da branca e da amarela;
Bebo sozinho, bebo mais ela;
Bebo com cravo ou com canela;
Bebo no copo ou na tigela;
Bebo pra mim;
Procê e a pra ela”.

“Você pensa que cachaça é água?

Cachaça não é água não:
Cachaça vem do alambique
E água vem do ribeirão.
Pode me faltar tudo na vida:
Arroz, feijão e pão,
Pode me faltar manteiga,
Tudo isso não faz falta, não.

Pode me faltar amor
 (disso até acho graça!)
 só não que me falte
 a danada da cachaça!”

Trecho de Cachaça, de Mirabeau Pinheiro, L. Castro H. Lobato e M. T. Filho.

“Na minha terra tem Palmeiras?
 Não. Minha terra tem engenhocas
 De rapadura e cachaça (...)
 Tem cana caiana e cana crioula
 Cana-pitu, cana rajada,
 Cana-do-governo
 E muitas outras canas de garapas
 (...)”

Trecho de Fazendeiro de Cana, de Carlos Drummond de Andrade

“Eu bebo da pinga
 Porque gosto dela
 Eu bebo da branca
 Bebo da amarela
 Bebo no copo
 Bebo na tigela
 Bebo temperada
 Com cravo e canela
 Seja qualquer tempo
 Vai pinga na goela! Oi lá!”

Trecho do baião Marvada Pinga (Moda da Pinga) de Ochelsis Laureano

Curiosidades:

1) “As mulheres de mantilha”, romance de Joaquim Manuel de Macedo:

“Onde era possível obter-se música, uma dúzia de tocadores de instrumentos bárbaros, ou capazes de produzir ruído, não excluía a banda de música de verdadeiros professores que, durante a marcha burlesca da procissão, alternavam

com a orquestra infernal, tocando marchas alegres; onde tanto não se podia conseguir, contentavam-se os folgazões com a orquestra infernal”.

Barbeiros músicos em Memórias de um sargento de milícias de Manuel Antônio de Almeida, e peças de Martins Pena.

2) CASCUDO, Luis da Câmara. Dicionário do folclore brasileiro. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1984.

No Piauí há um mito, “Barba ruiva” ou “Barba Branca”, ligado à gênese da lagoa de Paranaguá.

“Sobre a primeira barba, Leonardo Mota (Violeiros do Norte, São Paulo, 1925) narra: ‘Antigamente, para um rapaz sertanejo fazer a barba pela primeira vez tinha de pedir licença ao pai. Ainda hoje em lugares do alto sertão nordestino perdura este costume. O padre Vicente Bezerra, vigário da freguesia cearense de Aurora, andava em desobriga pelas capelas de sua paróquia, quando um rapagão matuto lhe perguntou: ‘Seu vigaro, a gente fazê a barba à primeira vez, sem licença do pai da gente, é pecado venia ou mortal?’(240)

Luto da barba: “Até princípios do séc. XX e sobreexistindo em recantos do Brasil e Portugal, não se fazia a barba, havendo defunto na família. Filhos, genros, netos, só a faziam para a missa do sétimo dia”.

3) Em um livreto há reproduções de sete emboladas de um barbeiro famoso na época. A referência está em LIMA JÚNIOR, Felix. As emboladas do Chico Barbeiro. S/l., Fundação Teatro Deodoro, 1981./ TInhorão

Bibliografia

- ALENCAR, José de. **Guerra dos mascates: crônicas dos tempos coloniais**. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1965.
- ALMEIDA, Alvaro Marins de. O aprendiz de mascate. Rio de Janeiro: Edições Em Aberto, 1985.
- ANDRADE, Mário de. Macunaíma: o herói sem nenhum caráter. São Paulo: Editora Scipione, 1997.
- ARAÚJO, Alceu Maynard. Folclore nacional: ritos, sabenças, linguagem, artes e técnicas. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967. 2ª edição.
- BASTANI, Tanus Jorge. Memórias de um mascate (o soldado errante da civilização). Rio de Janeiro: F. Briguiet, s/d.
- BASTANI, Tanus Jorge. O Líbano e os libaneses no Brasil. Rio de Janeiro: s/e., 1945.
- CARVALHO, Orlando M. Carvalho. O rio da unidade nacional: o São Francisco. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.
- CASCUDO, Luis da Câmara. Dicionário do folclore brasileiro. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1984.
- CASCUDO, Luís da Câmara. Folclore do Brasil (pesquisas e notas). Brasil, Fundo de Cultura, 1967.
- CASCUDO, Luís da Câmara. Prelúdio da cachaça: etnografia, história e sociologia da aguardente no Brasil. 1968.
- CAMPOS, H.A. Comércio na área central do Recife (PE-Brasil): novos e antigos conceitos acerca da história da cidade. Scripta Nova, Revista Electrónica de

Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (57), 2002. [ISSN: 1138-9788] <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-57.htm>

- COMISSÃO MARANHENSE DE FOLCLORE Boletim On-Line/ n. 19 / Junho 2001/ atualização quadrimestral Pregoeiros de São Luís (Silvana Rayol)
- CRUZ, José Luiz Cardoso. A eletricidade no Brasil, do Império à República de hoje. S/l., Sindicato dos Eletricitários de Furnas, 1994.
- DEL PRIORE, Mary (org.) História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.
- EDMUNDO, Luis. O Rio de Janeiro do meu tempo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. 3 volumes.
- FABRIS, Annateresa (org.) Fotografia: usos e funções no século XIX. São Paulo: Edusp, 1991.
- FERREIRA, Jerusa Pires. Os ofícios tradicionais. In Revista Usp, São Paulo n.29, pp 102-106, março-maio 1996.
- FERREZ, Gilberto e VASQUEZ, Pedro. A fotografia no Brasil do século XIX: 150 anos do fotógrafo Marc Ferrez, 1843/1993. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 1993.
- FIGUEIREDO, Luciano. O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Brasília / Rio de Janeiro: EdUnb / José Olympio, 1993.
- FRADE, Cáscia. Folclore brasileiro: Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, MEC – FUNARTE, 1979.
- Fraga Filho, W., Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX, São Paulo, HUCITEC; Salvador, EDUFBA, 1996, p. 179

- FRÓES, Leonardo (texto). Os lambe-lambe. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1978. Coleção Coisas nossas.
- GONÇALVES, M. Salete Petroni de Castro. Garimpo, devoção e festa em Lençóis, BA. São Paulo, Escola de Folclore, 1984.
- GOULART, José Alípio. O mascate no Brasil. Rio de Janeiro: Conquista, 1971.
- GOULART, José Alípio. O regatão: mascate fluvial da Amazônia. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Seca e migração no nordeste: reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica. Fundação Joaquim Nabuco. TRABALHOS PARA DISCUSSÃO n. 111/2001 Agosto · 2001
- GUIMARÃES, Bernardo. O Garimpeiro. São Paulo: Ediouro, s/d.
- HERLEIN, Natalio. Baú de mascate (causos e anedotas). Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985.
- KOSSOY, Boris. Origens e expansão da fotografia no Brasil (século XIX). Rio de Janeiro: FUNARTE, 1980.
- KUCINSKI, Meir. Imigrantes Mascates & Doutores. São Paulo, Ateliê Editorial, s/d.
- LIMA, Fernando de Castro Pires de. Ensaios etnográficos. Lisboa, Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, 1969.
- LIMA JÚNIOR, Felix. As emboladas do Chico Barbeiro. S/l., Fundação Teatro Deodoro, 1981.
- LUBATTI, Maria Rita da Silva. Vendedor ambulante, profissão folclórica: pesquisas nas ruas, parques e jardins de São Paulo. São Paulo: Escola de Folclore, Secretaria de Estado da Cultura, 1982.

- MACHADO FILHO, Aires da Mata. O negro e o garimpo em Minas Gerais. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1943.
- MAIOR, Mário Souto. Nordeste: a inventiva popular. Rio de Janeiro / Brasília, Livraria Editora Cátedra / Instituto Nacional do Livro, 1978.
- MALAMUD, Samuel. Recordando a Praça Onze. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1988.
- MARCONI, Marina de Andrade. Folclore do café. São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, Conselho Estadual de Cultura, 1976.
- MARTINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva. Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1993.
- MELLO, Evaldo Cabral de. A fronda dos mazombos nobres contra mascates. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. Nobres e mascates na Câmara de Recife (1713-1738). Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, c. 1993.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. Um mascate e o Recife: a vida de Antonio Fernandes de Matos no período de 1671-1701. Recife: Fundação Cultura Cidade do Recife, 1981.
- MELO, Mario. A guerra dos mascates como afirmação nacionalista. Recife: Arquivo Público Estadual João Emerenciano, 1984.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. O regatão: notícia histórica. Manaus: Sergio Cardoso & Cia., 1958.

- OLIVEIRA, Mário Antonio Fernandes de. Aspectos sociais de Luanda inferidos dos anúncios. Coimbra, s/e., 1965.
- PACHECO, Renato José Costa. Primeira notícia sobre tropeiros”. In: Cadernos de Etnografia e Folclore. Vitória, Comissão Espírito-Santense de Folclore, 1975.
- PEARSON, Michael. Os mascates. Rio de Janeiro: Record, c. 1983.
- PÓVOA NETO, Helion. “A produção de um estigma: Nordeste e nordestino no Brasil”. Travessia. v. 7, n. 19, 1994.
- QUEIROZ, Julio de. Baú de mascate. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.
- RATTO, Gianni. A mochila do mascate: fragmentos do diário de bordo de um anônimo do século XX. S/l.: s/e., s/d.
- RIBEIRO, Joaquim. Os brasileiros. Rio de Janeiro, Pallas Editora, 1977.
- SEGALA, Lygia (texto de). Fotógrafos de romaria: a memória do milagre e a lembrança da festa. Exposição realizada no Museu de Folclore e Cultura Popular Edison Carneiro. Rio de Janeiro, 1999.
- SOUTO MAIOR, Mário. Cachaça. S/l., MIC / Instituto do Açúcar e do Alcool, 1970-71.
- SOUZA, Liêdo Maranhão de. O mercado, sua praça e a cultura popular do Nordeste: homenagem ao centenário do Mercado de São José (1875-1975). Recife, Prefeitura Municipal do Recife, 1977.
- SOUZA, Laura de Mello e. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.) História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

- SOUZA BARROS. Arte, folclore, subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Editora Paralelo e Instituto Nacional do Livro, 1971.
- TAVARES, Odorico. Bahia: imagens da terra e do povo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1961.
- TEIXEIRA , Rodrigo Corrêa. História dos ciganos no Brasil. In: Núcleo de Estudos Ciganos: e-texto n. 2. Recife, 2000.
- TINHORÃO, José Ramos. Música popular de índios, negros e mestiços. Petrópolis, Editora Vozes, 1972.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: História da vida privada no Brasil. Vol. 3 República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.
- ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII. São Paulo, HUCITEC e Ed. USP, 1990.
- Circuito da cachaça: alambiques, arte e cultura em Minas Gerais. Revista com patrocínio da Embratur, Ministério do Esporte e Turismo, Governo Federal. 27/05/2001.
- A coleção do Imperador: fotografia brasileira e estrangeira no século XIX. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional / Centro Cultural Banco do Brasil, 1997.
- O comércio e suas profissões: imagens Brasil 1500/1946. Rio de Janeiro: SENAC, 1983.
- Brasil: histórias, costumes e lendas. São Paulo, Editora Três, s/d.
- Energia elétrica no Brasil, 500 anos / Centro da memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2000.

- A energia elétrica no Brasil (da primeira lâmpada à Eletrobrás). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1977.
- Energia elétrica no Brasil: breve histórico 1880-2001. Rio de Janeiro: Centro da memória da eletricidade no Brasil, 2001.

Cordéis [Museu do Folclore Edison Carneiro]:

Trapalhadas de um dentista. Francisco Edésio Batista.

A festa de Santana. Cícero do Nascimento e Louro Branco.

A vida do cangaceiro Lampião. José Rodrigues da Silva.

A história de José Joaquim da Silva Xavier. João de Lima.

História da princesa da pedra fina. José Bernardo da Silva.

O encontro do médico com o mecânico. Barbosa Leandro.

Celeiro poético. Cícero Pedro de Assis. (profissão de bombeiro)

Aos mestres com muito amor. Manoel Monteiro.

O petroleiro. Manoel Santa Maria.

Vida de agricultor. Antonio Nogueira.

A faina e a cidade. Paulo Nunes Batista.

Fui vaqueiro. Dila (José Cavalcanti e Ferreira)

Viver do cangaceiro. Dila (José Cavalcanti e Ferreira).

O dentista que arribou com a mulher de Luiz. Cuíca de Santo Amaro.

As heroínas. José Caetano da Silva.

Acidentes no trabalho no ramo da construção. Severino José.

O herói do volante: ônibus, praça e caminhoneiro. Flávio Poeta F. Moreira.

O sertão só é sertão com viola e poesia e outros versos. Luiz Rodrigues de Souza.

Quanto sofre o motorista e o cobrador de ônibus. Cícero Vieira da Silva.

Em louvor da classe médica. Homero do Rego Barros.

A honestidade de dois soldados e a salvação de um motorista. Minelvino Francisco Silva.

Quanto sofrem os professores para educar este país. Jota Rodrigues.

O motorista e o passageiro. Hilário Dorgival.

ABC do contador. Paulo Nunes Batista.

ABC da Praça Cayru. Rodolfo Coelho Cavalcante.

ABC do corretor de imóveis. Paulo Nunes Batista.

No tempo em que os bichos falavam. Manoel Pereira Sobrinho.

O médico tarado. Cuíca de Santo Amaro.
 Vida de Manoel Galdino. Manoel Galdino de Freitas.
 A integridade dos médicos e o Brasil na UTI. Jota Rodrigues.
 Salão de barbearia. José de Carvalho Visgueiro.
 Camelot e marreteiro. José Francisco de Souza.
 A dura vida do motorista. José Caetano da Silva.
 O maquinista da RFFSA. José Caetano da Silva.
 Terra de Baltazar Fernandes. Bento Palmiro Miranda.
 Modas de viola. Palmiro Miranda (“Recordação dos antes passado”)
 O automóvel da morte. Amador Santelmo.
 A morte cruel do garimpeiro Teles. Carolino Leobás.
 A corrida do ouro no Pará. Fortes Sobrinho e outros.
 O garimpeiro que garimpou no inferno. Etiene S. Rodrigues.
 O crime do poço. Carolino Leobás (garimpeiro)
 O neto de José de Souza Leão. Antonio Teodoro dos Santos (garimpeiro)
 Dois garimpeiros armados contra duas onças pintadas.
 A corrida do ouro na Serra Pelada. Carolino Leobás.
 As riquezas do Amazonas e a caneta de um poeta. Carolino Leobás.
 Memórias de um lavrador (saudades e rimas de um cantador) João de Lima.

Iconografia

- Energia elétrica no Brasil, 500 anos / Centro da memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2000.
- Modo de minerar para se tirarem diamantes, [Tejuco, MG, 1775]. Aquarela sobre papel. Original depositado no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa. Acervo: Museu Histórico Nacional / Arquivo Histórico (RJ).
- Lavra de diamantes do coronel F. I. de Almeida e Silva, ribeirão do Inferno, MG, 1868. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional.
- Engenho da Torre. Planta do interior do engenho de açúcar. In: A history of the Brazil, James Henderson, 1821. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional.

- Interior da usina hidrelétrica de Marmelos, Juiz de Fora, MG, s. data. Acervo: Arquivo Nacional / Coleção Arnaldo Guimarães.
- Iconografia e paisagem: coleção Cultura Inglesa. Rio de Janeiro: Edições Pinakothek, 1994.
- Casa de fazenda e engenho. Frans Janszoon Post.
- Tipos populares. Johann Moritz Rugendas
- KOSSOY, Boris e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX. São Paulo: EdUSP, 1994.
- Escrava vendedora de doces em Recife, s.d. Alberto Henschel.
- Engenho de açúcar. Johann Moritz Rugendas.
- A rala da mandioca, c. 1859. Victor Frond.
- Embalagem e pesagem do açúcar, c. 1859. Victor Frond.
- Engenho de cana em Ubá, c. 1859. Victor Frond.
- A partida para a roça, c. 1859. Victor Frond.
- A cozinha na roça, c. 1859. Victor Frond.
- Negro e negra na plantação. Johann Moritz Rugendas.
- Lavagem do ouro. Johann Moritz Rugendas.
- Lavagem de diamantes em Curalinho, c. 1817. Johann Baptist Spix & Karl Friedrich Philipp von Martius.

- Lavagem do ouro, c. 1900. Marc Ferrez.
- Colheita do café. Johann Moritz Rugendas.
- Pilagem do café, c. 1859. Victor Frond.
- Vendedor de aves na roça, c. 1859. Victor Frond.
- Negros vendedores de aves. Jean-Baptiste Debret
- Feira na Lapa. Buvelot & Moureau.
- Comércio na rua Direita. Johann Moritz Rugendas.
- Venda no Recife. Johann Moritz Rugendas.
- Chafariz das Marrecas, c. 1840. Armand Julien Pallière.
- Carregadores de água. Johann Moritz Rugendas.
- Retrato de escravo (?) não identificado, c. 1865. José Christiano de Freitas Henriques Jr. [vendedor de cadeiras]
- Vendedor ambulante a seu escravo, c. 1821. James Henderson.
- Barbeiros ambulantes. Jean-Baptiste Debret.
- Retrato de escravo (?) não identificado, c. 1865. José Christiano de Freitas Henriques Jr. [barbeiro]
- Retrato de escravo (?) não identificado, c. 1865. José Christiano de Freitas Henriques Jr. [fazendo cesto?]

- Retrato de escravo (?) não identificado, c. 1865. José Christiano de Freitas Henriques Jr. [com cesto na mão]
- Os refrescos do Largo do Palácio. Jean-Baptiste Debret.
- Retrato de escravo (ç) não identificado, c. 1865. José Christiano de Freitas Henriques Jr. [vendedora de frutas]
- Retrato de escravo (ç) não identificado, c. 1865. José Christiano de Freitas Henriques Jr. [vendedora de doces].
- Oficina de sapateiro. Jean-Baptiste Debret.
- Conjunto representando atividades de negros em diferentes ofícios, c. 1865. José Christiano de Freitas Henriques Jr.
- O comércio e suas profissões: imagens Brasil 1500/1946. Rio de Janeiro: SENAC, 1983. Entrada para as Minas, óleo de Oscar Pereira da Silva.
- Pousos dos tropeiros em São Paulo, aquarela de Jean-Baptiste Debret.
- O mascate e seu escravo, de Henderson.
- Negociante e tropeiro, figura de Guillobel.
- O regatão, desenho de Perci Laus.
- Vendedores ambulantes, retratado por Debret
- Mercado de barracas, de Adolphe d'Hastrel, 1840.
- Vendedores de leite e capim, de Debret.

- Barraca de quitandeira, P. G Bertichem (in O Rio de Janeiro e seus arrabaldes, 1856).
- Feira na Lapa, de Buvelot e Moureau (in O Rio de Janeiro pitoresco).
- Mercado na baía dos negros, de Rugendas.
- Vista do mercado do peixe (Rio de Janeiro), de Thomas Ender, 1817.
- GUILLOBEL. Usos e costumes do Rio de Janeiro nas figurinhas de Guillobel. Curitiba: Edição de Cândido Guinle de Paula Machado, 1978. Figuras de diversas profissões, pois retratou o Rio de Janeiro desde 1812.
- FERREZ, Gilberto. Iconografia do Rio de Janeiro (1530-1890) – índice analítico. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2000.
- José da Silva Paes.
 - * Planta da fortaleza do patriarca São Jozé, que se reconstruiu na Ilha das Cobras, desenhada & executada pelo Brigadeyro dos Exercitos de S. Magestade, Jozé da Sylva Paes. (bico de pena a nanquim, aquarelado, original sem data [1736]; Ministério do Exército)

[A planta está dividida em duas partes. Na parte superior, a planta baixa da nova fortaleza, mais uma cartela barroca com o título trsnscrito acima. Na parte inferior, temos duas belas vistas da fortaleza, em cujo mastro flutua a bandeira portuguesa. Vê-se também um moinho. Esta obra da fortaleza do Patriarca São José foi inaugurada em 1736].
 - Capitão Carlos Julião.
 - * Preta com taboleiro de doce e gorgoleta de água. (desenhos aquarelados, 1779; Direção do Serviço de Fortificações e Obras Militares).

[Negra doceira ambulante, primorosamente trajada].
 - * Vendedores ambulantes [negro, vendedor de leite, serve uma mulher].

* Vendedores ambulantes [negra escrava segura uma moringa, trazendo na cabeça um tabuleiro. Escravo com boião de barro na cabeça e concha e tigela de medida na mão]

* Negras vendedoras [negra carregando a filha às costas e um peixe na cabeça; outra, bem vestida, leva às costas uma criança e traz na cabeça um tabuleiro de frutas].

* Tipos populares [vendedor de capim e vendedor de leite. Este traz ao pescoço o colar de ferro do negro fujão].

(pinturas, c. 1776-1795; Fundação Biblioteca Nacional)

- Leandro Joaquim.

* Romaria marítima diante do Hospital dos Lázaros. (pintura a óleo, c. 1780-1790; Museu Histórico Nacional)

[Documenta o Lazareto de São Cristóvão, mas na parte baixa há um riacho com moinho de roda, que deságua na praia de São Cristóvão].

- Joaquim Cândido Guillobel.

* Negra vendedora de quinquilharias

* Vendedor de cestos

* Negro vendedor de louça de barro

* Negro vendedor ambulante tocando berimbau

* Leiteiro

* Vendedor de lenha com marimba de dedo

* Vendedor de gamelas

* Barbeiro ambulante

* Vendedora de bebidas

* Negro quitandeiro

* Negra quitandeira com filho às costas

* Negro vendedor ambulante com tabuleiro

* Negro com tabuleiro de doces

* Negro vendedor ambulante de cana e caldo de cana

* Negro ambulante de doces

* Vendedor de capim

* Vendedor de louça de barro

- * Vendedora de abacaxis
- * Vendedora de caju e cana (albina)
- * Vendedora de frutas silvestres
- * Vendedora de guando
- * Vendedora ambulante
- * Quitandeira
- * Quitandeira de galinhas
- * Quitandeiras na feira
- * Moleque com tabuleiro grande
- * Tropeiros
- * Três bestas, um molecote e tropeiro montado num dos animais
- * O mascate e seu escravo
- * Negro vendedor de louça fina com imenso tabuleiro na cabeça
- * Paulista a cavalo com dois tropeiros seguindo atrás
- * Barraca de quitandeiro
- * Cangueiros transportando, com varais, um tonel
(figurinhas desenhadas e aquareladas, 1814-1816; Maria Cecília e Paulo Fontainha Geyer, e outros)

- Conde de Gestas, Aymar-Marie Jacques

- * Rio de Janeiro, élévations et détails d'un moulin à vent
[Levantamento do mecanismo interno de um dos moinhos de vento, que começaram a funcionar no morro de São Bento, em 1809]
(buril, 1817; Fundação Biblioteca Nacional)

- Tenente Henry Chamberlain

- * Vendedores ambulantes com o irmão pedinte
(bico de pena e aquarela, 1819-1820; Coleção Newton Carneiro)
 - Georg Heinrich von Löwenstern
- * Tropeiros a caminho de Minas Gerais
(sépia, 1827-1829; Coleção Maria Cecília e Paulo Fontainha Geyer)

- Jean-Baptiste Debret

- * Tropeiros pobres de porcos de Minas

- * Tropeiros pobres de porcos de São Paulo
 - * Negro vendedor de flores e um grupo, sem legenda, de senhora e senhoras
 - * Diversos tipos [tipos de negros e de vendedoras ambulantes]
 - * Baiana sentada com cestos de frutas em frente
 - * Tipos de vendedores ambulantes
 - * Tipos de negros vendedores ambulantes
 - * Os barbeiros ambulantes
 - * Tipos de negros trabalhadores e ambulantes
- (aquarelas, c. 1822; Raimundo Ottoni de Castro Maya)

- Capitão Henry Butler

- * Negras vendedoras ambulantes de frutas
- (aquarela, 1835; Coleção Maria Cecília e Paulo Fontainha Geyer)

- Félix Émile Taunay

- * Ilha das Cobras vista do cais dos Mineiros
- [No primeiro plano, a praia do Peixe e vendedores ambulantes no cais da atual praça Quinze de Novembro; no segundo plano, vemos tipos de embarcações e veleiros ancorados, tendo por trás toda a ilha das Cobras, seus trapiches, a fortaleza e a capela de São José; ao longe, a serra dos Órgãos]
- (óleo sobre tela, c. 1834-1836; Coleção Maria Cecília e Paulo Fontainha Geyer)

- S. Faux

- * Panorama da praia de Botafogo
- [No primeiro plano, vendedores ambulantes e uma caleça com cocheiro e sota transportando alto dignatário da corte]
- (óleo sobre tela, c. 1835-1840; Museu Castro Maya)

- Joaquim Lopes de Barros Cabral

- * Tropeiro de Minas
- * Quitandeira
- * Preto vendendo água
- * Preto da iluminação pública
- * Preto vendedor de doces
- * Preto mascate

*Preta de balas [“esplêndido desenho por sua originalidade”]

*Preto de caldo de cana

*Preto vendendo galinhas

*Preta vendendo bonecras

*Preto vendendo hortaliças

*Preta vendendo água

*Preta vendendo carvão

*Quitandeiras

*Um barbeiro

*Um tropeiro

*Vendedor d’água

(estampas, 1840-1844; João Fernando de Almeida Prado e outros)

- Eduard Hildebrandt

* Negra vendedora ambulante, carregando às costas uma criança e levando outra pela mão

* Negra bem vestida, negro vendedor só com uma tanga e duas meninas negras

* Três tipos de negros vendedores ambulantes e um padre com guarda-chuva

* Duas negras vendedoras, uma em pé e outra sentada pintando

(aquarelas, 1844; Coleção Maria Cecília e Paulo Fontainha Geyer)

- Frederico Guilherme Briggs

* Quitandeira de frutas, em pé, parada

* Tropeiro mineiro

* Negros cangueiros [negros transportando um barril por meio de um varal]

(aquarelas, 1832-1853; Fundação Biblioteca Nacional)

* Mascate

* Quitandeira

* Tropeiros

* Quitandeiras

* Quitandeira de galinhas

(estampas litografadas, 1845-1853; Biblioteca Nacional)

- Pieter Gotfred Bertichem

* Vista da A Glória observada do cais do mesmo nome em 1846

[“magnífico aspecto desta rua pitoresca, no qual se retratam fielmente os prédios, a indumentária, os costumes, os vendedores ambulantes e os transportes de um dos bairros mais aristocráticos do Rio de Janeiro nesse período]

(óleo sobre tela, 1845-1846; Museu da Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro)

- Abraham-Louis Buvelot e Louis-Auguste Moreaux

*Rio de Janeiro Pitoresco – A Carioca – Sta Luzia

[cena movimentada no chafariz da Carioca, tendo em volta seis vinhetas: um tropeiro, grupo de vendedores ambulantes, uma palmeira, negro dormindo num cesto, vista da igreja de Santa Luzia e um grupo de quatro pessoas]

* Rio de Janeiro Pitoresco – Largo de S. Rita – A Mai da água – Caminho das Larangeiras

[esplêndido desenho da igreja de Santa Rita e do chafariz do mesmo nome que aí existia. Nesta folha, há ainda três vinhetas, além das indicadas: uma de barbeiro ambulante, outra de dois frades e de uma família indo à missa].

(litografia, 1840-1860; Fundação Biblioteca Nacional)

- Abraham-Louis Buvelot e Louis-Auguste Moreaux (copiadas de)

* Tropeiro conversando com um senhor

* Mercadores sob uma tenda

* Três negras mercadejando e um casal sambando

* Negro dormindo recostado num grande cesto

(aquarelas, 1840-1860; Coleções Afrânio de Melo Franco e Afonso Arinos de Melo Franco)

- Emil Bauch

Cena de rua no Rio de Janeiro, 1858

[dois barbeiros ambulantes, um cortando cabelos e outro barbeando dois negros ao lado de uma quitandeira, ao pé de uma esquina]

(óleo sobre tela, 1858-1874; Coleção Maria Cecília e Cândido Guinle de Paula Machado)

